

## Editorial

Com satisfação, iniciamos o ano de 2015 colocando a disposição da comunidade acadêmica e em geral Revista de Educação Especial, v, 28, n. 51, jan./abr. 2015. Nossa revista tem uma circulação internacional e tem sido veículo de informação das pesquisas que movimentam as temáticas: Educação, Educação Especial e Educação Inclusiva. Neste sentido, temos investido muito para que possa chegar em muitos lugares e, para tanto, a algum tempo, a Revista de Educação Especial figura em indexadores internacionais, além da disponibilidade no portal CAPES.

Este número da Revista coloca a disposição dos leitores 17 artigos de pesquisadores que, individualmente ou em parceria, apresentam contextos de pesquisas e resultados.

O primeiro texto, de Manoel Osmar Seabra Júnior, Maria Luiza Salzani Fiorini e Eduardo José Manzini, intitulado “**Formatação ilustrativa e descritiva de estratégias e recursos pedagógicos para o ensino de alunos cegos e com baixa visão em ambientes inclusivos**” discute, a partir da aula de Educação Física, recurso pedagógicos e estratégias de ensino experimentadas que levam ao desenvolvimento de um manual ilustrativo com o objetivo da acessibilidade de pessoas cegas.

O segundo artigo, intitulado “**Histórias de formação de professores para a Classe Hospitalar**” da autora Sandra Maia Farias Vasconcelos, olha para o espaço hospitalar apontando que este lugar de atendimento a saúde hoje comporta, também, propostas educativas. Para tanto, com base em uma pesquisa documental produz a compreensão das classes hospitalares e da formação de professores para atuar neste espaço mostrando o quanto tal formação ainda é incipiente no Brasil, precisando de maior investimento por parte das instituições formadoras.

O terceiro artigo é de Michele Aparecida de Sá e Fabiana Cia, tem o título “**Educação Especial nas Escolas Indígenas: Análise do Censo Escolar de 2007-2010**” e se insere no grupo de pesquisas que tem se dedicado a olhar para dados estatísticos que podem ser acessados nos microdados do Censo Escolar e, mais especificamente, para o número de matrículas de alunos indígenas com deficiência nas escolas indígenas; para a identificação dos tipos de deficiência, as modalidades de ensino que estão matriculados e, se recebem atendimento educacional especializado. Uma análise importante para que entendamos os movimentos políticos da inclusão na relação entre as modalidades Educação Especial e Educação Indígena.

O quarto artigo é de autoria de Raquel Elizabeth Saes Quiles e se intitula “**Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais**”. A autora, neste trabalho, apresenta um panorama da Educação de Surdos e deficientes auditivos no Brasil, região Centro-Oeste

e estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2007 a 2010. Concentrou-se em mapear as matrículas e modalidades de atendimento e, também se insere nas pesquisas que tomam para análise os microdados do Censo Escolar brasileiro. Conclui demonstrando que houve um crescimento no número de matrículas tanto de surdos quanto de deficientes auditivos nas três esferas – nacional, regional e estadual – e que a grande maioria desses alunos encontram-se matriculados no ensino regular. Ainda, alerta a evidência de que houve um enfraquecimento da modalidade de educação especial, durante os últimos anos e tensiona a opção da escola inclusiva para surdos na relação política pública de educação inclusiva e escola bilíngue para surdos.

O artigo, “**Inclusão escolar: possíveis contribuições da fisioterapia sob a óptica de professoras**” é o quinto que compõe este número da Revista e seus autores são: Marcelli Evans Telles dos Santos, Simone Lara e Vanderlei Folmer. Os autores discutem a inclusão escolar e a participação dos profissionais da área da saúde no atendimento educacional, firmando a ideia de que os profissionais da Fisioterapia poderiam contribuir com o desenvolvimento potencial de alunos com deficiência no ambiente escolar. Para chegarem a esta conclusão, ouviram profissionais de salas de recursos da Educação Básica e, pela análise de conteúdo daquilo que ouviram e transcreveram, identificaram uma concepção positiva da presença e possibilidades de contribuição da Fisioterapia para a inclusão escolar.

O sexto artigo, com o título “**Educação inclusiva, ensino de Ciências e linguagem científica: possíveis relações**”, de autoria de Anna Maria Canavarro Benite, Claudio Roberto Machado Benite e Eveline Borges Vilela-Ribeiro, aponta a necessidade de, atualmente, pensar na relação Educação Inclusiva e Sociedade da Informação. Apontam a urgência em se ensinar ciências num mundo onde o saber científico e tecnológico tem alto grau de valor e, com isso, discutem que o exercício da cidadania exige a participação efetiva dos indivíduos, tenham eles necessidades educativas especiais (NEE) ou não. Discutem, mais especificamente, sobre a relação complexa entre educação inclusiva, ensino de ciências e linguagem científica, assumindo a urgência da compreensão de modos de ensino de ciências para alunos da Educação Especial que estão em processos de inclusão na Escola Comum.

O sétimo artigo intitula-se “**Formação de professores de Ciências Biológicas e a preocupação com as necessidades específicas na sala de aula**”, de Simone Medianeira Franzin, Andrielli da Silva Fontoura, Gabriela Lanes de Almeida e Valquíria Simon. Nele, as autoras apresentam um estudo realizado nas APAEs de São Vicente do Sul e Jaguarí, no estado do Rio Grande do Sul, pelo Grupo PET-Biologia. O objetivo do trabalho foi reconhecer sujeitos, instituições/APAE's, contextos, vida social para que futuros profissionais do curso de licenciatura em Ciências Biológicas

possam compreender e valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem.

A autora Elisabeth Rossetto, com o artigo “**Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão**”, compõe do oitavo texto deste número da Revista. Apresenta uma discussão sobre a formação e as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado na Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Com um estudo de caráter documental e bibliográfico, traz para análise as normativas legais do AEE e o espaço deste no ensino regular. Olha para essa normativa com a perspectiva teórica Histórico-Cultural e conclui que a preparação direcionada ao professor do AEE encontra-se com características que denotam superficialidade teórica, tendo em vista que a formação está na modalidade de Educação a Distância (EAD) e com ênfase em procedimentos técnicos e na disponibilização do uso de recursos. Aponta, ainda, a necessidade de se reconhecer relevância de investimentos em uma qualificação mais consistente, que instrumentalize teoricamente o professor, pois ressalta a importância da ação docente enquanto mediação para o processo de escolarização e humanização dos alunos com deficiência.

O nono artigo, de Patricia Velho Dall’Astra, intitula-se “**A importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda: a noção de inclusão associada ao sentimento de pertencimento no espaço escolar**”. A autora busca discutir a escola como um dos mais relevantes espaços de convivência das crianças (surdas e ouvintes), considerando, com isso, o sentimento de pertencimento que as pessoas podem desenvolver concernente a esse espaço. Na análise olha para três principais propostas da educação de surdos sob a perspectiva da língua de sinais e o desenvolvimento da pessoa surda (especialmente nos casos de surdez pré-linguística). A autora conclui ser a escola o lugar ideal para relacionar os conteúdos escolares com a cultura surda, além de incentivar ouvintes a aprenderem a língua de sinais desde cedo e trata, portanto, a escola como ambiente verdadeiramente inclusivo.

O décimo artigo tem como autores Adriana Zilly, Leonardo Pereira Triaca, Jossiana Wilke Faller, Reinaldo Antonio da Silva Sobrinho, Marieta Fernandes Santos e Maria de Lourdes de Almeida que, numa parceria de pesquisa, nos brindam com o artigo intitulado: “**Percepção de professores das salas de recursos em uma rede de ensino municipal do Paraná**”. Com a técnica metodológica Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), buscando analisar a percepção sobre a inclusão escolar de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), dos professores que atuam nas salas de recursos (SR) das escolas municipais de Foz do Iguaçu/PR. Na discussão analítica, identificaram que os professores consideram os serviços bem estruturados e preocupados com o desenvolvimento de

atividades e inserção de seu trabalho com as políticas públicas de inclusão. No entanto, apesar da grande variedade de NEEs atendidas, ficou explícita a dificuldade desses profissionais com a atuação no processo de ensino-aprendizagem. Chegam a conclusão que o município apresenta um serviço educacional especializado bem estruturado, nas escolas municipais, para atendimento das NEEs, mas apontam a necessidade de algumas modificações estratégicas para melhor atender esses alunos.

O décimo primeiro artigo tem como título “**Avaliação de habilidades motoras de uma criança com paralisia cerebral incluída em contexto escolar regular**”, das autoras: Luciana Ramos Baleotti, Ludmila Aparecida dos Santos e Mariana Dutra Zafani. O texto busca mostrar que a possibilidade de avaliação das habilidades motoras de alunos com paralisia cerebral (PC) se constitui em uma estratégia que pode apresentar alternativas para viabilizar a inclusão desses alunos tendo como referência a interdisciplinaridade entre terapeutas ocupacionais e professores.

As autoras Lana Tuan Borges de Jesus, Alexandra da Silva Santos Sampaio e Maria Helena Silveira Bonilla escrevem o décimo segundo artigo intitulado “**Tecnologia assistiva para crianças cegas: produtos de apoio para a mobilidade pessoal**”. Nele, as autoras tem como objetivo apresentar a identificação, catalogação e descrição da funcionalidade dos recursos de tecnologia assistiva, em especial os produtos de apoio para orientação e mobilidade da criança cega na faixa etária de 0 a 5 anos. Olham para esses recursos como meios que potencializam o desenvolvimento sensorio-motor, sendo capazes de reduzir ou eliminar as possíveis limitações causadas pela deficiência. Identificam, com o resultado da pesquisa, a falta de produtos disponíveis e a dificuldade destes em levar em conta critérios individualizados e o contexto que a criança cega está inserida. Também, a falta de produtos digitais específicos para as crianças cegas, na faixa etária estudada, evidencia o estágio em que se encontra o desenvolvimento tecnológico nessa área e/ou o pouco investimento feito para o atendimento desses sujeitos.

O décimo terceiro artigo se intitula “**A pessoa com deficiência visual: considerações sobre a sua participação nas aulas de educação física**”, dos autores: Joale Jefferson da Silva e Elaine Cappellazzo Souto. Outro texto que discute a educação da pessoa com deficiência visual, mas agora em um contexto educativo de inclusão nas aulas de Educação Física. Ao realizarem entrevistas com 6 estudantes universitários com deficiência visual, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa-PB, identificaram que 90% deles não executaram aulas de Educação Física nas escolas da rede regular de ensino que haviam estudado. Identificaram, ainda, que entre os motivos para a não participação estava a atitude negativa e a falta de preparação do professor frente à condição da deficiência do aluno. Enfatizaram, como resultado, que ao se inserirem em instituições especia-

lizadas percebiam uma intervenção positiva de profissionais de Educação Física nas escolas especiais. Este resultado de pesquisa possibilita apontar para o direito legal à educação, na rede regular de ensino, aos alunos com deficiência visual e sua inclusão nas aulas de Educação Física.

O artigo intitulado “**Métodos de avaliação do comportamento adaptativo em pessoas com deficiência intelectual: uma revisão de literatura**”, de Elizângela Fernandes Ferreira e Mey de Abreu Van Munster constitui o décimo quarto texto e, na temática da avaliação do comportamento adaptativo, busca apontar que programas de educação de pessoas com deficiência intelectual devem pensar a avaliação como identificação das condições de desenvolvimento no sentido do planejamento, da implementação e da avaliação de programas de intervenção às necessidades desse público. Para tanto, analisam os métodos de avaliação do comportamento adaptativo, empregados junto à população de pessoas com deficiência intelectual, através de uma pesquisa bibliográfica no banco de dados da CAPES, da Dynamed e UptoDate, utilizando-se de instrumentos padronizados, com destaque para a Escala do Comportamento Adaptativo – Vineland.

Na perspectiva interdisciplinar, o artigo décimo quinto, sob o título “**Apoio de Terapia Ocupacional para a participação escolar de criança com artrogripose múltipla congênita: um estudo de caso**”, de Bianca Sampaio Fiorini e Rita de Cássia Tiberio Araújo, discute o papel do terapeuta ocupacional nos casos de artrogripose múltipla congênita (AMC) e o efeito desta no desempenho de atividades de vida diária (AVDs) e escolares destes sujeitos que pertencem a este grupo. Olham para a tecnologia assistiva no que se refere a recursos, adaptações, metodologia, estratégias, serviços para promover maior independência e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou com mobilidade reduzida em diversos contextos. Uma contribuição de estudos dos terapeutas ocupacionais como movimento de cooperação na atuação da escola regular com estes sujeitos. Apresentam adaptações que auxiliarão e facilitarão o desempenho nas atividades de autocuidado, como também em tarefas que envolviam a utilização de materiais escolares.

O décimo sexto artigo se intitula “**Analisando as contribuições do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa frente à prática pedagógica inclusiva dos professores orientadores de estudos**”, dos autores: Andréia Jaqueline Devalle Rech, Helenise Sangoi Antunes, Cinthia Cardona de Ávila, Glaucimara Pires Oliveira, Vanir Ferrão da Silva. Este grupo de formadores do Programa Nacional de Alfabetização olham para o desafio que a escola e os professores enfrentam com a inclusão e, especificamente, de atuarem na alfabetização dos alunos com deficiência. Entrevistaram 347 professores orientadores de estudos do PNAIC/Rio Grande do Sul, coordenado pela Universidade Federal de Santa Maria. Os resulta-

dos apontam que o PNAIC contribuiu com a prática pedagógica inclusiva de 74,06% dos orientadores de estudo, da mesma forma que contribuiu, significativamente, para a formação profissional e pessoal desses professores como espaço de troca de experiência que levam a reflexões sobre as práticas pedagógicas, tendo em vista a heterogeneidade/diversidade de alunos que fazem parte da escola que se quer inclusiva.

Por fim, Jessica de Brito e Rosimeire Maria Orlando nos brindam com a resenha do livro “Práticas pedagógicas para a inclusão e a diversidade – Pedagogical practices for inclusion and diversity”, organizado por Eugênio Cunha, que reúne experiências e práticas cotidianas de docentes, desenvolvidas com alunos com necessidades educacionais especiais, levando a pensar contextos da escola e da educação inclusiva.

Este número da revista, portanto, traz o esforço de muitos pesquisadores que tem movimentado esta área de pesquisa, a Educação Especial, que cada vez mais “alarga” suas fronteiras pela relação interdisciplinar, necessária para pensar a educação inclusiva. A todos, desejamos uma boa leitura e que esta possa frutificar em outros trabalhos.

Soraia Napoleão Freitas  
*Editora Científica*